**Prezados Senhor Presidente da Associação Goiana do Ministério Público, Dr. Vinícius Jacarandá Maciel e membros de sua Diretoria,**

**Digníssimo Senhor Procurador Geral de Justiça, Dr.Benedito Torres Neto,**

**Excelentíssima Senhora Norma Cavalcante, Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público,**

**Queridos colegas ex Presidentes da Associação Goiana do Ministério Público e famíliares que os representam.**

**Promotores de Justiça que ingressam no Ministério Público do Estado de Goiás,**

**Autoridades presentes, senhoras e senhores,**

**Minha estimada família que sempre me apoiou nesse caminhar pelo Ministério Público.**

**Inicialmente, agradeço a Diretoria da AGMP, por seu Presidente, Dr. Vinícius Jacarandá Maciel, a escolha de meu nome, no sentido de representar, nesta solenidade, meus colegas ex Presidentes de nossa querida agremiação.**

**Penso que tal designação fincou-se no princípio da antiguidade, posto que outros colegas, na linha do mérito, cumpririam, por certo, a missão, com aprimorada presteza e sabedoria.**

**Mas, na suavidade de meu entardecer, concluo ter posto um pequenino tijolinho, modesto mesmo - mas recheado de ideal por uma sociedade mais humana e justa-, acredito, pois, não ter sido protagonista, mas coadjuvante daqueles que se empenharam na construção de nossa entidade de classe que congrega iguais valores.**

**Desse modo, curvo-me ao mandato imposto, na expectativa de cumpri-lo, mas com algum receio, pois na linha do esquecimento, posso não declinar nomes e expressivas conquistas de outros colegas que exerceram, vigorosa e ativamente, a Presidência da AGMP.**

**Mas vamos lá!**

**A construção de uma entidade associativa, ao tempo que acolhedora de seus filiados e lutadora pelos ideais irmanados de seus construtores, não se faz em poucos dias. Para tanto, necessária a congregação de valores que a compõem, na sustentação dos objetivos colimados.**

**Assim, anos e anos de lutas foram imprescindíveis para que a nossa AGMP chegasse a esse estágio de reconhecimento e respeito não só de seus associados, mas também de suas congêneres e de outros órgãos do estado que a têm como um significativo padrão de defesa de seus congregados e dos ideais de Justiça.**

**Nesses 50 anos de sua existência, valores morais, intelectuais e éticos não faltaram aos seus componentes no dia a dia. O fortalecimento de nossa entidade classista, em suas múltiplas requisições de seus associados, bem como o de proporcionar a Procuradores e Promotores de Justiça, cursos e palestras em grandes eventos de natureza intelectual, desde muito, constituiu a preocupação dos dirigentes da AGMP, no sentido de aprimorar-lhes o que já flameja em seu âmago - crença aos valores democráticos e de Justiça - quando escolheram esse belo, mas íngreme caminho do Ministério Público.**

**Nos idos de 1967, reuniram-se, na sala do Tribunal do Júri de Goiânia, alguns colegas Procuradores e Promotores de Justiça a fim de concretizarem um sonho que acalentavam, ou seja, o de construírem uma entidade de base sólida, autônoma e vincada em compromissos éticos e bem assim comprometida**

**com a sociedade que o Ministério Público, por seus representantes, se revela como seu defensor.**

**O sonho de Dr. Holdrado da Fonseca, circundado por outros colegas dotados do mesmo objetivo, começava a florescer sendo, pois, fundada a AGMP, sagrando-se como seu primeiro presidente, em razão de mandato que lhe foi conferido a fim de fazer a novel instituição palmilhar os primeiros passos.**

**Seguiu a mesma trilha o Professor e Promotor de Justiça Mauro Correa, que com a sua experiência haurida na cátedra, contribuiu a que a AGMP tivesse uma feição inovadora como órgão de classe, não obstante à falta de reconhecimento por outros órgãos e as dificuldades da época, financeira, sobretudo.**

**Mas, a luta começava!**

**Entusiasmado, Mauro abraçou de corpo e alma a ideia, e foi eleito tesoureiro da AGMP. Tal tarefa mostrou-se espinhosa, pois, como dizia – "não era permitido fazer descontos em folha salarial, daí passou a andar com blocos de recibo no bolso e onde via um colega procurava receber a contribuição de dez cruzeiros por mês". Tempos difíceis, mas, mesmo assim, chegou à presidência da entidade, enfrentando muitos obstáculos, mas não desistiu: deu sua contribuição para que a AGMP chegasse onde se encontra hoje.**

**Dr.Nidion Albernaz é eleito para Presidência da AGMP, exercendo-a no biênio 1971/1973.**
**Sob seu comando, a nossa associação teve destacada atuação em favor de seus membros, pois, Nidion, com sua vigorosa e qualificada inteligência, encontrava-se sempre presente nos embates a que se submetiam, tanto o órgão associativo bem como seus congregados.**

**Seguiu-se, na Presidência, Dr. Joaquim Salvador de Moura (Biênio 1973/1975).**
**Nessa época, a AGMP não tinha um programa estabelecido, mesmo porque não dispunha de numerário para empreender sequer simples benefícios destinados aos associados, muito menos a construção de sede para a Associação, onde pudesse a diretoria se reunir e seus congregados frequentar.**
**Embora isso, Dr. Joaquim Salvador de Moura, conseguiu participar de dois Congressos do Ministério Público, em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e para essas localidades dirigiu-se com uma caravana de três ônibus, gentilmente cedidos pelos proprietários da Viação Araguaina. Diversos colegas participaram, ativamente, dos trabalhos lá desenvolvidos, com teses que mereceram a provação do plenário.**

**Após o mandato de Dr. Joaquim Salvador de Moura, Presidiu a AGMP Dr. José Pereira da Costa durante os exercícios de 1975/1985 e 1988/1990. Nesses períodos, Pereira, como costumávamos chama-lo, teve uma atuação classista digna de louvores e admiração, tanto como Presidente da AGMP como da CONAMP.**

**Tomo, por empréstimo e subscrevo inteiramente, o depoimento de Walter Paulo Sabella , integrante do MP de São Paulo e ex Secretário – Geral da CONAMP, para falar desse dileto amigo, e quando a ele se refere no processo de construção da instituição em âmbito nacional, Sabella registra: " era um homem afável, cordato e sobretudo entusiasta do Ministério Público..." ,"sua atuação para as conquistas da época foi vigorosa e constante".**

**No âmbito estadual, seu vigor jamais arrefecera, uma vez que foi um lutador à frente de todas batalhas do Ministério Público. Para os que conviveram com Pereira, sabe-se que é difícil enumerar as conquistas da classe, quando Pereira, como seu presidente, lutava arduamente no sentido de alcançar o seu desiderato aliado ao de seus companheiros. À**

**falta de maiores registros, penitencio-me de não listar as lutas e as conquistas de Dr. José Pereira da Costa.**

**Se estamos aqui, hoje, usufruindo dessa confortável Sede Social e Administrativa, se temos como acomodar nossos colegas do interior do estado na Casa do Promotor de Justiça, se temos um patrimônio imobiliário expressivo, se temos um Serviço Médico (SAMP) que nos acode em momentos de dificuldades com a saúde e se temos um prédio, onde por diversos anos, abriga a sede administrativa da AGMP, são conquistas e produto do esforço comum de colegas que presidiram e suas respectivas diretorias de nossa respeitável agremiação.**

**Continuemos, pois, a lutar!**

**Fui eleita para o biênio seguinte ao de Pereira da Costa, ou seja, 1985/1988, mas prorrogado o mandato da Diretoria por mais um (1) ano, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, haja vista que em razão dos trabalhos da Constituinte de 1988, em que tomei parte ativa como representante da AGMP, continuei exercendo a Presidência para contribuir com meu trabalho, junto aos parlamentares, esclarecendo-os acerca do papel do Ministério Público e a necessidade de colocar essa instituição no patamar constitucional que é visto, hoje na Constituição, como pleiteava a CONAMP, tendo participado como 2ª. Vice-Presidente no trabalho, junto a essa entidade nacional.**
**Ainda, na Constituinte, em incontáveis oportunidades estivemos em Brasília, ora só ou acompanhada de colegas, como por exemplo: Joeny Leite Braga, Juracy Batista Cordeiro, Paulo Maurício Serrano Neves, Henrique Barbacena Neto, Terezinha Macedo Caldas, Marcos Abreu e Silva, Marilda Helena Vasconcelos, Evaristo Anania de Paula, Nilma Maria Naves Dias do Carmo e outros colegas que se dispunham acompanhar-me nessa dificultosa peregrinação. Ainda inúmeros contatos eram feitos com constituintes e**

**presença em movimentos promovidos pela CONAMP, visitando diversos Estados, nesse sentido.**

**Entre outras atividades, nessa época, a AGMP promoveu, junto às congêneres do país, campanha de esclarecimento sobre o acidente radioativo, Césio137, em Goiânia, procurando reavivar a boa imagem desta Capital.**

**Durante esse período, no plano estadual, Procuradores e Promotores de Justiça encontravam-se com seus salários defasados, longe do que a Magistratura vinha percebendo, além do que não os recebia em dia, fato que levou a AGMP à peregrinação constante às portas do governo, exigindo-lhe melhor tratamento remuneratório a fim de atender às necessidades da classe. Cite-se aqui o fato de que até mesmo alguns os colegas passaram a dispor de seus bens, no sentido de dar cumprimento as suas obrigações familiares e financeiras. Diante disso, era natural que recorressem a seu órgão associativo, AGMP, o que levou seus membros a requererem à realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, chegando-se ao ponto de cogitar-se a paralisação da classe, caso não houvesse uma imediata solução remuneratória. Solicitamos audiência ao Governador para expor-lhe nossas dificuldades, porém, a Diretoria não conseguiu com ele avistar-se, daí a resolução de irmos até ao interior e norte do estado, em Tocantinópolis e Araguaina,- a região do Tocantins ainda fazia parte do Estado de Goiás - ,onde o governo realizava reuniões com os Prefeitos Municipais. Para lá nos deslocamos, em ônibus noturno, acompanhada do colega Dr. José Augusto dos Santos Filho, chegamos em Tocantinópolis. O governador nos recebeu, comprometendo-se a dar solução ao problema. Voltamos esperançosos!**
**Dias depois, fomos ao Palácio e expusemos a calamitosa situação, até mesmo uma possível paralisação da classe, em cumprimento ao decidido pela Assembleia Geral. Sem nenhuma decisão do governo, decidiu-se, em Assembleia Geral, esclarecer à população o real papel do Ministério**

**Público e o estado calamitoso que a classe vivia. Foi realizada ampla publicidade por meio dos órgãos de imprensa, escrita e falada em horário nobre, impressão de folhetos e cartazes. Referida atividade publicitária teve repercussão nacional, sendo que algumas Associações do MP, conscientes dessa situação, solicitaram cópia desse trabalho para aplicação em seus estados.**
**Á vista desses acontecimentos foram paralisadas parte das atividades das Promotorias de Justiça nas diversas Varas da Capital e do interior, levando os Juízes a nomear Promotor AD HOC, na realização dos vários feitos, em tramitação, que dependiam da atuação ministerial.**

**Veio, então, um pequeno aumento, o qual não satisfazia às reais necessidades da classe, bem como, ainda continuava a dependência funcional e financeira do Ministério Público ao governo estadual.**

**Por último, a Diretoria da AGMP visitou o Governador do Estado, Dr.Henrique Santillo, entregando-lhe relatório documentado sobre o MP de Goiás e quadro comparativo em matéria vencimental com outros estados da federação e a Magistratura. À oportunidade, o governador evidenciou que conhecia bastante a nossa instituição e que pretendia, brevemente, atender nossas reivindicações.**

**Apesar desse panorama, coragem não faltou à Diretoria da AGMP, no sentido de não descuidar da parte intelectual de nossos associados, pois, realizaram-se vários encontros regionais nas diversas Comarcas do estado e a AGMP, de outro tanto, passou a fazer parte dos Encontros dos Ministérios Públicos do Centro Oeste, PROJUS, nos quais teses de colegas foram apresentadas e acolhidas.**

**Veio, a seguir, a eleição de Dra. Regina Helena Viana, combativa Promotora de Justiça desta Capital, gestão Biênio 1990/1991, única eleita pela chapa "Ministério Público Independente" a qual engajou, imediatamente, em movimento**

**que visava a eleição do 1º Procurador Geral Justiça, em lista tríplice e nas reivindicações dos associados da AGMP.**

**Quanto a esse inicial fundamento, foi criado o Núcleo 127, no sentido de formular gestões junto ao Congresso Nacional a fim de fazer valer mudanças preconizadas pela Constituição de 1988, devido ao descompasso das leis regentes do MP/GO, como se disse, com o novo contexto constitucional.**

**Pela convocação de Assembleia Geral da classe, cuja pauta requisitava-se o respeito constitucional ao MP, concernente ao pagamento dos vencimentos no mesmo dia, em que fosse realizado o do escalão superior da função jurisdicional do Estado, sob pena de paralisação ordenada, com previsão de plantão para atendimento de defesa dos direitos e garantias individuais, sociais e individuais indisponíveis e, ainda, a inamovibilidade dos ocupantes do cargo de Promotor de Justiça, em seu sentido amplo; entre outras reivindicações concitava-se o estabelecimento de outorga à AGMP dos poderes que lhe faltavam, no Estatuto para o fim de defesa e representação judicial e extrajudicial, referentes ao estágio probatório, garantias constitucionais de exercício, garantias individuais, lesões de direitos e danos.**

**Aprovadas as propostas mencionadas, Dra. Regina passou o comando da AGMP à colega Dra. Nilma Maria Naves Dias do Carmo para o Biênio 1992/1994 que continuou a luta anteriormente empreendida, por melhoria salarial dos Promotores e Procuradores de Justiça, devido a defasagem entre os desta categoria e a Magistratura. Para isso, Nilma não poupou esforços junto ao governo. Nesse período de dificuldades incontáveis, pois, completaram-se seis meses sem o recebimento dos salários, deflagrou-se a greve dos Promotores, tendo o colega Divino Fernandes dos Reis, em gesto significativo, se postado à frente do Forum de Goiânia, ostentando sua Beca e acompanhado de sua pequenina filha, hoje Promotora de Justiça, passou a vender pirulitos de chocolates. Daí o seu carinhoso e sugestivo apelido: DIVINO**

**PIRULITO! Dizia ele ao anunciar sua mercadoria: "VENDO PIRULITO, MAS NÃO VENDO MINHA DIGNIDADE!"**

**Ao ser escolhido, pelo governo estadual, em lista tríplice, como Procurador Geral de Justiça, Dr.Adão Bofim Bezerra, eleito pela classe, aos 20/03/1991, com plena adesão da Associação Goiana do Ministério Público, devido a gestões desse Procurador Geral de Justiça e da Presidente da AGMP, Dra. Nilma Maria Naves Dias do Carmo veio o aumento salarial tão chorado e questado pela classe.**

**Para o Biênio 1994/1998, foi eleita Dra. Ivana Farina Navarrete Pena, cuja administração da AGMP foi, também, exitosa e marcada por incontáveis de lutas do Ministério Público no âmbito nacional e estadual, como instituição fiscalizadora e de defesa da sociedade e dos direitos da categoria- teto salarial - este resguardado, também, pela Constituição Federal/88.**
**Assim, merece registrar, como um momento de grave apreensão da categoria a aprovação da Emenda Constitucional estadual, N. 20. DE 10/09/1997, a pronta intervenção da Diretoria da AGMP que buscou ser intentada AÇÃO DIRETA DE INCONSTTUCIONALIDADE, no Supremo Tribunal Federal, através gestões junto à Procuradoria Geral da República, em caráter cautelar. Suspensa a eficácia, execução e aplicabilidade da referida emenda. Nesse Biênio, a Presidente da AGMP foi eleita 1ª. Vice- Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, quando pôde acompanhar e desenvolver atividades e trabalhos dessa entidade em defesa do Ministério Público brasileiro.**
**O precioso currículo dessa representante ministerial é um marco pessoal e representativo para nossa Associação e para o Ministério Público Brasileiro. Seu desprendimento no servir à Instituição a credenciam ao reconhecimento e respeito de todos que a conhecem.**

**No Biênio seguinte, 1998/2002, foi eleito pelos associados, como Presidente da AGMP, Dr. Mozart Brum da Silva. Entre as várias atividades dessa Diretoria registre-se a subsequente aprovação pela Assembleia Legislativa da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público. O acompanhamento de todo processo legislativo fora feito sob o olhar atento da Presidência da AGMP, desde a redação dessa norma até a sua publicação.**
**Integrante da Comissão de Acompanhamento LEGISLATIVO da CONAMP, nessa condição, Mozart, Presidente da AGMP acompanhou a REFORMA DA PREVIDÊNCIA de 1998 e a REFORMA DO JUDICIÁRIO.**
**Realizados do 2º e 3º CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO GOIANO E DO CONGRESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA REGIÃO CENTRO-OESTE, a Diretoria da AGMP não poupou esforços para tanto.**
**A Reestruturação, nesse biênio, do Plano de Saúde do Ministério Público – SAMP- com a inscrição daquele na ANS.**
**Construção da CASA DO PROMOTOR DE JUSTIÇA DO INTERIOR e INSTALAÇÃO DA ACADEMIA DE GINÁTICA DA AGMP foram conquistas da Diretoria sob a Presidência de Mozart Brum da Silva.**

**Veio, a seguir, após o término do mandato anterior, a eleição da Dra. Yara Alves Ferreira e Silva, para o Biênio 2002/2004, cuja marca de realizações da AGMP é notada nos vários segmentos de nossa agremiação, tanto no plano de assistência ao associado, como nas lutas empreendidas para o fortalecimento institucional do Ministério Público. O cuidado dessa Diretoria da AGMP com os trâmites da Reforma da Previdência se fez sentir nas lutas empreendidas.**
**A lhaneza no trato com os associados da AGMP, bem assim a sua afabilidade e delicadeza são registros da personalidade dessa querida ex Presidente que tanto realizou na gestão de sua Diretoria, e que a sua modéstia não descortinou no currículo solicitado.**

**Sobreveio, ao mandato anterior, a eleição de Dr. Benedito Torres Neto, para os Biênios 2004/2008, que se repetiu em 2014 e 2016.**
**Nesses vários mandatos que lhe foram outorgados ao Dr. Benedito e a sua Diretoria tem-se como destacadas atividades e consequentes realizações os esforços e empenhos dedicados à causa classista e do Ministério Público.**

**Chegou a eleição de Dr. Lauro Machado Nogueira para os Biênios 2008/2012, em mandatos consecutivos.**

**Tomo a liberdade de ler o resumido, mas precioso currículo desses expoentes que ilustram e dignificam o Ministério Público Brasileiro, face à impossibilidade de pesquisa nesse particular.**

**Para o Biênio 2012/2014, foi eleita a chapa encabeçada pelo Dr. Alencar José Vital. Sua Diretoria teve destacada atividade, com fortes traços de defesa da instituição do Ministério Público. Entre muitas outras ações da AGMP, registre-se sua liderança no movimento, em Goiás, que opôs à Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC) que dava poder exclusivo à polícia para a realização investigatória criminal, retirando essa possibilidade do Ministério Público.**
**Para tanto, Dr. Alencar dirigiu-se para Brasília, liderando um movimento no sentido de esclarecer e alertar à Nação sobre o descalabro dessa proposta. Protestos foram organizados não só por órgãos associativos congêneres, mas, de igual forma, por Clubes de Serviço e Maçonaria.**

**Quero deixar, aqui, aos novos Promotores de Justiça que ora ascendem ao honroso cargo de Promotor de Justiça, minha mensagem de estímulo e de confiança pelas atividades que irão exercer:**

**SEJAM SEMPRE REPUBLICANOS!**

**O historiador José Murilo Carvalho resumiu, em poucas palavras, o que é "ser republicano".**

**Começa citando o jesuíta Simão de Vasconcelos, 1663: "Nenhum homem é republicano, nem vela, nem trata do bem comum, senão cada um do seu particular".**
**Em seguida apregoa: "Ser republicano é crer na igualdade civil de todos, sem distinção de qualquer natureza"**
**É rejeitar hierarquias e privilégios".**
**É não perguntar: Você sabe com quem está falando? ".**
**É responder: Quem você pensa que é?**
**É crer na lei como garantia da liberdade**
**É saber que o Estado não é uma extensão da família, um clube de amigos, um grupo de companheiros.**
**É repudiar práticas patrimoniais, clientelistas, nepotistas, paternalistas, corporativistas.**
**É acreditar que o Estado não tem dinheiro, que ele apenas administra o dinheiro pago pelo contribuinte.**
**É saber quem rouba dinheiro público é ladrão do dinheiro de todos.**
**É considerar que a administração eficiente transparente do dinheiro público é dever do Estado e direito seu**
**"É não praticar nem solicitar jeitinhos, empenhos, pistolões, favores, proteções".**
**De qualquer modo, resta claro "que os valores republicanos vão muito mais à frente, para abranger também, além da Igualdade, a Justiça, a Liberdade, a Fraternidade, a Laicidade, a Cidadania e a Dignidade".**

**SEJAM FELIZES NESTE DIFÍCIL e ÁRDUO LABOR QUE ENTUSIASTICAMENTE ABRAÇARAM e BEM VINDOS À VOSSA CASA A ASSOCIAÇÃO GOIANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO e SEJAM PROTAGONISTAS DOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS DA AGMP!**

**OBRIGADA A TODOS!**